

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRS BR-040.

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

UNIDADE REQUISITANTE: Departamento de Destinação Final de Resíduos DDFR-SLU).

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: Eng. Pedro Gasparini Barbosa Heller / Eng. Cícero Antônio Antunes Catapreta / Eng. Fernando Augusto Muzzi Ramos.

1. DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Do objeto:

1.1.1. O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do biogás do Aterro Sanitário da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos (CTRS BR-040) pertencente à Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), autarquia municipal responsável pela elaboração, controle e execução de programas e atividades voltadas para a limpeza urbana do Município de Belo Horizonte, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, no Projeto Básico e em seus documentos integrantes e indissociáveis.

1.2. Da caracterização da contratação:

1.2.1. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como de engenharia, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Do parcelamento da contratação:

1.3.1. Os serviços objeto desta contratação não foram parcelados, por não ser viável técnica e financeiramente, dada a natureza e particularidades da sua execução, contínua e com emprego de mão de obra e equipamentos específicos, **conforme justificativa constante do item 9 do Estudo Técnico Preliminar.**

1.4. Da contratação:

1.4.1. A contratação do objeto licitado será efetivada mediante formalização de contrato, nos termos da minuta, parte integrante do Edital.

1.4.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até a vigência máxima de 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, por se tratar de serviço continuado.

a) O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista a necessidade permanente da execução dos serviços objeto da contratação, que poderá, por acordo entre as partes, ser prorrogado desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRs BR-040.

1.5. Do Reajuste:

1.5.1. Os preços unitários contratuais serão reajustados observando-se o interregno mínimo de 1 (um) ano, desde que solicitado, contado na forma desta cláusula.

a) O interregno mínimo de 01 (um) ano para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado, **Apêndices II e III deste instrumento**, nos termos do art. 25, § 7º e art. 92, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Serão utilizados índices de preços específicos para cada grupo de insumos:

1. Os preços referentes ao fornecimento de materiais e equipamentos serão reajustados com base na variação acumulada em 12 (doze) meses do INCC-Brasil-DI-Materiais e equipamentos- (código 1464791), publicado pela Fundação Getúlio Vargas;

2. Os preços dos demaís itens serão reajustados com base na variação acumulada em 12 (doze) meses do INCC-Brasil-DI-Serviços (código 1464888), publicado pela Fundação Getúlio Vargas;

1.5.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 01 (um) ano será computado do último reajuste. Entende-se como último reajuste, a data em que foram iniciados seus efeitos financeiros independentemente daquela em que assinado o aditivo ou registrada a apostila.

1.5.3. Os efeitos financeiros do reajuste ficarão restritos exclusivamente aos itens que os motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente, no mesmo período.

1.5.4. Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste até a data da próxima prorrogação contratual ou na data do encerramento da vigência do Contrato, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.

1.5.5. Os reajustes poderão ser formalizados por meio de apostilamento.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A necessidade da Contratação encontra-se pormenorizada no **item 3** do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no **item 6** do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da visita técnica:

4.1.1. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, a Licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRs BR-040.

conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de visita técnica prévia.

- a) A Licitante que optar por realizar visita técnica prévia, a ser realizada até o 3º dia útil anterior à data fixada para abertura do certame, terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do telefone (31) 3246-0742 ou email: licita.slu@pbh.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outras licitantes. Neste caso a Licitante deverá apresentar declaração de que realizou visita técnica prévia e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo do Anexo XV do Edital.
- b) Caso a Licitante opte por não realizar visita técnica prévia, deverá apresentar declaração desta opção e de que tem pleno conhecimento de todas as condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo do Anexo VI do Edital.

4.2. Da cessão do contrato:

- 4.2.1. A CONTRATADA não poderá ceder o contrato, total ou parcialmente, a terceiros em nenhuma hipótese.

4.3. Da Subcontratação:

- 4.3.1. A subcontratação do objeto será admitida, no limite de 30% (trinta por cento), quando houver razões de ordem técnica que a justifique, mediante prévia aprovação da Fiscalização e autorização da CONTRATANTE. Este limite foi estipulado em respeito à natureza intuitu personae do contrato.
- 4.3.2. A subcontratação não será admitida para os itens para os quais, como requisito de habilitação técnico operacional, foi exigida apresentação de atestados que comprovassem execução de serviços com características semelhantes.
- 4.3.3. Para a formalização da subcontratação, a CONTRATADA deverá, a qualquer tempo, apresentar a relação dos serviços que serão subcontratados juntamente com a apresentação da seguinte documentação:
 - a) Solicitação da CONTRATADA dirigida à Fiscalização, justificando a necessidade da subcontratação e solicitando autorização para fazê-la;
 - b) Minuta do contrato a ser celebrado entre a CONTRATADA e a subcontratada;
- 4.3.4. Documentos pertinentes à habilitação jurídica da subcontratada:
 - a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
 - b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa;
 - c) documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRS BR-040.

- d) ato constitutivo atualizado e devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades não empresariais, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade a ser subcontratada assim o exigir;

4.3.5. Documentos pertinentes à regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver relativo à sede da subcontratada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da subcontratação;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da subcontratada, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, ou de certidão positiva com efeitos de negativa.

4.3.6. Documentos de qualificação econômico-financeira da subcontratada:

- a) certidão negativa de falência e concordata emitida pelo distribuidor de feitos da Justiça Estadual da sede da subcontratada.

4.3.7. Documentação de Qualificação Técnica, constando:

- a) certidão de registro na entidade profissional competente, se exigível;
- b) atestado(s) de capacidade técnico-operacional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que a subcontratada executou, diretamente, serviço equivalente com, no mínimo, as parcelas de relevância técnica e valores significativos correspondentes à metade do que se pretende subcontratar;
- c) atestado(s) de capacidade técnico-profissional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, de que o(s) profissional(is), comprovadamente integrante(s) do quadro permanente da subcontratada, executou(aram), na qualidade de responsável(is) técnico(s), serviço de mesma natureza do que se pretende subcontratar.

4.3.8. Outras comprovações da subcontratada:

- a) declaração de que a empresa não possui em seu quadro de empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRIS BR-040.

de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

- b) declaração de inexistência de fatos impeditivos para a sua contratação com a Administração Pública;
- c) declaração de que os trabalhadores que prestarão serviço na subcontratação não incorrem nas proibições de que trata o artigo 49-B da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte;
- d) declaração de que a subcontratada se compromete a utilizar e/ou especificar e utilizar somente produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa, que tenha procedência legal, atendendo ao disposto no art. 17, § 4º, da Lei Municipal n.º 10.175/2011, se atividade a ser subcontratada envolver a especificação ou a utilização de produtos e subprodutos de madeira.

4.3.9. No caso da subcontratada possuir cadastro regular no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte – SUCAF e habilitado na(s) linha(s) de serviço(s) compatível(veis) com a atividade a ser subcontratada, os documentos dos **subitens 4.3.2 ao 4.3.5** são dispensáveis, devendo ser apresentado a situação da subcontratada no SUCAF.

4.4. Da participação de consórcios:

4.4.1. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, que satisfaçam os requisitos previstos no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021 e os indicados a seguir:

- a) Fica vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou de forma isolada.
- b) Deverá ser apresentado o compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados que deverá discriminar a pessoa jurídica líder, que será responsável por sua representação perante a Administração e, ainda, estabelecer expressamente a responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo consórcio na fase de licitação e na execução do contrato.
- c) A cláusula de responsabilidade solidária entre os consorciados deverá constar expressamente no compromisso de constituição de consórcio a ser firmado pelas pessoas jurídicas e no Contrato de constituição de consórcio a ser celebrado pelo consórcio vencedor.
- d) O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitado, até sua aceitação definitiva.
- e) A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela CONTRATANTE e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRs BR-040.

- f) Será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado para efeito de habilitação técnica e o somatório dos valores de cada consorciado para efeito de habilitação econômico-financeira.

4.4.2. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar desta licitação desde que atendam aos requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.5. Da Garantia Contratual:

4.5.1. Será exigida da adjudicatária, previamente à assinatura do contrato:

- a) O valor da garantia à execução corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato e deverá ter vigência de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias superior ao prazo previsto no Termo Contratual, conforme art. 63, §2º, do Decreto n.º 10.710/2001 e deverá, ainda, ser prorrogada sua vigência na hipótese de ocorrer prorrogação do prazo contratual e/ou sua complementação em caso de acréscimo de valor.
- b) Será exigida garantia adicional do Licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, nos termos do §5º do art. 59 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- c) A garantia à execução poderá ser prestada por uma das seguintes modalidades:
- I.** caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
 - II.** seguro-garantia;
 - III.** fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
 - IV.** título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- d) A garantia prestada responderá por eventuais multas aplicadas à CONTRATADA, podendo ser retida para satisfação de perdas e danos resultantes de inadimplemento ou de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da CONTRATADA.
- e) A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

4.5.2. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

4.5.3. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRRS BR-040.

- a) O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.5.4. Em caso de Consórcio, a garantia de execução poderá ser prestada em nome da líder do Consórcio ou por todas as empresas em valor proporcional à participação de cada uma.

5. DA RESPONSABILIDADE

- 5.1.** A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos eventualmente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no cumprimento do objeto do contrato, isentando, assim, a CONTRATANTE de quaisquer reclamações que possam surgir consequentemente ao contrato, obrigando-se, outrossim, a reparar os danos causados, independentemente de provocação por parte da CONTRATANTE, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos de seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas ou ajustadas na execução do Contrato.
- 5.2.** A CONTRATADA, na vigência do Contrato, será a única responsável, perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal, eximindo a CONTRATANTE de quaisquer reclamações e indenizações. Serão de sua inteira responsabilidade todos os danos materiais e morais causados a seus empregados ou a terceiros, os seguros necessários à execução dos serviços avençados, inclusive os relativos à garantia financeira para aquisição de equipamentos.
- 5.3.** A CONTRATADA assumirá, automaticamente, ao firmar o contrato, a responsabilidade exclusiva por danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, inclusive por acidentes e mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços contratados, decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA ou de qualquer de seus empregados ou prepostos, na forma dos arts. 14, 17, 20 e 23 a 27, da Lei Federal nº 8.078/1990 e, no que couber, pelas disposições da Lei Federal nº 10.406/2002.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 6.1. Regime de execução:** empreitada por preço unitário.
- 6.1.1.** As especificações, condições, prazos e locais para execução do objeto encontram-se no **Apêndice I – Projeto Básico**, deste instrumento.

7. DA GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 13.133/2021 e do Decreto nº 18.324/2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3.** As comunicações entre a SLU e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRs BR-040.

- 7.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 7.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Municipal nº 18.324/2023 e do artigo 117 da Lei nº 13.133/2021.
- 7.7.** Além do disposto acima, a fiscalização contratual deverá:
- 7.7.1.** Verificar se estão sendo cumpridas as especificações técnicas dos serviços, se os materiais atendem as exigências dos projetos, das especificações das normas da SLU e das normas técnicas aplicáveis, exigindo os testes e ensaios normatizados, caso necessários, para garantir a qualidade dos serviços.
 - 7.7.2.** Analisar e decidir sobre proposições da CONTRATADA que visem melhorar a execução dos serviços.
 - 7.7.3.** Notificar a CONTRATADA quanto a qualquer falha na prestação dos serviços.
 - 7.7.4.** Recomendar a aplicação de advertências, multas ou outras penalidades previstas no Contrato.
 - 7.7.5.** Questionar dos serviços em execução ou executados, materiais em utilização ou já utilizados, sujeitando-os à análise e aprovação.
- 7.8.** A existência da Fiscalização não exime a responsabilidade da CONTRATADA.
- 7.9.** A SLU poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.10.** As reuniões deverão ser registradas em atas assinadas pelos presentes, preferencialmente digitadas, contendo no mínimo os seguintes elementos:
- 7.10.1.** Nome completo e instituições que representam os convocados e convidados e assinatura da ata pelos presentes;
 - 7.10.2.** Anotação dos ausentes que foram convidados ou convocados;
 - 7.10.3.** Os problemas relatados deverão apresentar encaminhamentos de soluções, com os responsáveis pelo acompanhamento, com os prazos estabelecidos, a forma, o custo e a justificativa das soluções propostas;
 - 7.10.4.** Relação das pessoas que receberão cópias da ata.
- 8. DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**
- 8.1. Recebimento do Objeto:**

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRs BR-040.

- 8.1.1.** O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento e na proposta, devendo ser reparado/corrigido nos prazos definidos pela fiscalização, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das sanções.
- 8.1.2.** A fiscalização não efetuará o ateste das medições de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências apontadas durante a fiscalização do Contrato.
- 8.1.3.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.1.4.** O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.1.5.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.1.6.** Quando do encerramento do Contrato:
- a) A CONTRATADA deverá formalizar a conclusão dos serviços para o Fiscal, que deverá agendar em até 07 (sete) dias corridos da formalização, vistoria técnica dos serviços em conjunto com os membros da Comissão designada para tal:
 - I.** A vistoria deverá contar com a presença do responsável técnico da CONTRATADA.
 - II.** Deverão fazer parte da Comissão: O Fiscal do contrato e Chefia imediata do mesmo, bem como pessoa designada pela unidade Administrativa pertinente.
 - III.** Os serviços somente serão recebidos quando perfeitamente executados de acordo com as condições contratuais e demais documentos que integram o contrato.
 - b) A comissão de recebimento e a CONTRATADA farão uma vistoria em todos os serviços executados. Concluída a vistoria, a comissão de recebimento emitirá o relatório de vistoria informando quais os serviços aceitos e quais serviços que deverão ser corrigidos, substituídos ou reparados, sem ônus para a CONTRATANTE.
 - c) A CONTRATADA deverá tomar as providências necessárias, imediatamente, para reparar ou substituir, conforme orientação da comissão. O prazo para a recuperação dessas falhas será determinado pela Comissão e sua inobservância implicará na aplicação das multas previstas no contrato. Concluídas as correções, a comissão verificará se os serviços/materiais serão aceitos ou não. Quando todos os reparos forem executados e aceitos pela comissão, esta concluirá o relatório de vistoria e tendo a CONTRATADA cumprido todas as

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRS BR-040.

obrigações pertinentes ao contrato, a comissão emitirá o “Termo de Recebimento Provisório” (TRP).

- d) Decorridos 90 (noventa) dias da data do TRP e desde que a CONTRATADA tenha corrigido às suas expensas, eventuais defeitos e vícios constatados nesse período, a comissão de recebimento emitirá o “Termo de Recebimento Definitivo” (TRD.)

8.2. Medição:

- 8.2.1. Os serviços serão contratados sob o regime de empreitada por preços unitários e serão pagos em parcelas mensais, correspondentes às respectivas medições, considerando as quantidades realizadas no período.
- 8.2.2. Os serviços serão medidos mensalmente, conforme os quantitativos efetivamente executados e controlados pela fiscalização contratual por meio dos diários de serviços, e as medições deverão ser atestadas tanto pela CONTRATADA, pelo Fiscal do Contrato, pelo Departamento de Destinação Final e pela Diretoria Operacional da SLU (DROPE-SLU).
- 8.2.3. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Projeto Básico, neste instrumento e seus anexos e na proposta, devendo ser reparado/corrigido, nos prazos definidos na notificação, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- a) Serviços não aceitos pela Fiscalização não serão objeto de medição.
- b) Os serviços não aceitos pela Fiscalização, não serão remunerados.
- c) Em nenhuma hipótese poderá haver adiantamento de serviços em medição.
- 8.2.4. As medições serão elaboradas pela Fiscalização, com a participação da CONTRATADA, até o 25º (vigésimo quinto) dia de cada mês referente aos serviços executados, no período do 26º (vigésimo sexto) dia do mês anterior ao 25º (vigésimo quinto) dia do mês vigente, a partir dos relatórios ou boletim de serviços, tendo como referência os quantitativos efetivamente e integralmente realizados e deverão ser entregues à SLU até o dia 10 do mês subsequente ao período da medição.
- 8.2.5. A CONTRATADA deverá preencher e entregar diariamente o **Boletim de Serviços Diários**, contendo as informações das atividades desenvolvidas pela equipe prevista para a manutenção e operação dos serviços, com os respectivos quantitativos executados e demais itens que a compõe, para comprovação das atividades realizadas bem como dos materiais, peças e equipamentos empregados nas manutenções realizadas no período de referência, os quais, após devidamente conferidos pelo Fiscal do Contrato e equipe de apoio, serão utilizados para fins de medição.
- 8.2.6. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente à época da medição o **Relatório Mensal de Atividades**, contendo as atividades desenvolvidas pela equipe prevista na administração local, bem como dos demais itens que a compõe, com os respectivos registros fotográficos, a qual será utilizada para fins de medição.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRIS BR-040.

- 8.2.7.** Os serviços de manutenção extraordinária executados no período deverão ser relacionados de forma discriminatória e comprobatória, conforme autorização prévia da equipe fiscalizatória.
- 8.2.8.** A liberação do processamento da medição inicial ficará vinculada à entrega da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), no CREA/MG e/Ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) no CAU/MG, de execução dos serviços e de acordo com o contrato.
- 8.2.9.** A CONTRATADA deverá observar o prazo previsto no §1º do art. 27 da Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA para o registro da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos serviços e nos incisos I e II do art. 2º da Resolução nº 91/2014 do CAU/BR para Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de serviços técnicos no âmbito da Arquitetura e Urbanismo.
- 8.2.10.** Para efeito de pagamento do item relativo à Administração Local (AL), a medição será realizada proporcionalmente ao valor financeiro de cada medição de serviços efetivamente executados, cumulativamente até o máximo de 100 unidades considerando o custo de cada unidade conforme planilha de orçamento.
- a) O quantitativo referente à Administração Local de cada medição será calculado da seguinte forma:
- $$AL \text{ mensal} = \frac{\text{Medição mensal (exclusive AL)}}{\text{Valor global} - AL} \times 100 = \text{nº de unidades}$$
- b) Para fins de pagamento da AL, a CONTRATADA deverá apresentar declaração das atividades desenvolvidas pela equipe prevista na administração local, bem como dos demais itens que a compõe, com os respectivos registros fotográficos.
- c) Caso não ocorra a execução total do Contrato, não será devido o pagamento relativo ao valor remanescente na medição final.
- d) Os insumos considerados na composição da AL deverão ser utilizados exclusivamente nos serviços objeto do Projeto Básico.
- 8.2.11.** Após o aceite final da medição pela CONTRATADA, pelo Fiscal do Contrato, do Departamento de Destinação Final e Diretoria Operacional da SLU (DROPE-SLU), a nota fiscal e documentos necessários ao processamento do pagamento dos serviços efetivamente executados serão encaminhados pela DROPE-SLU à Diretoria Administrativo-Financeira (DRADF-SLU) para liquidação e pagamento.
- 8.2.12.** A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE a nota fiscal até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao período da medição.
- 8.2.13.** Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação do serviço realizada e o período da execução.
- 8.2.14.** Caso a nota fiscal, ou documentação necessária ao processamento do pagamento

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRIS BR-040.

apresente irregularidades, a CONTRATADA terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis para efetuar as correções. Após este prazo a nota fiscal será devolvida.

8.3. Liquidação:

8.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente na unidade responsável pela liquidação, correrá o prazo de até 10 (dez) dias corridos para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.3.3. A CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente, observando:

- a) A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente considerando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1234 de 2012 de acordo com o artigo 1º, §1º do Decreto Municipal 18.272/23 e Portaria SMFA nº 11/2023 c/c §5º, artigo 2º da IN RFB Nº 1234.
- b) As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais, de acordo com o artigo 1º, §3º do Decreto Municipal 18.272/23 c/c artigo 4º da IN RFB Nº 1234.
- c) A retenção do Imposto Sobre Serviços - ISS deverá ser destacado no corpo do documento fiscal, indicando o valor do serviço e do material aplicado (quando cabível), bem como a alíquota e o valor do tributo.
 - I.** Cada uma das empresas consorciadas deverá emitir as notas fiscais pelo valor correspondente à prestação dos serviços realizados por cada uma delas e responder pelos tributos devidos, salvo se adotado o regime especial, nos termos dos arts. 107 a 117 do Decreto nº 17.174/2019.
- d) Deverá constar no corpo da Nota Fiscal informações relativas a situações especiais, tais como: regime de estimativa, isenção ou imunidade a que estiver sujeita a operação.

8.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRS BR-040.

sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.

- 8.3.5.** A Administração deverá realizar consulta ao **SUCAF** e/ou **SICAF** e/ou **CAGEF** para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, bem como ao site <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/> para verificar se a CONTRATADA, caso obrigado, cumpre com as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados pela Previdência Social e aprendizes.
- a) A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente poderá ser acompanhado de documentação para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, caso esteja irregular.
 - b) Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.
 - c) Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
 - d) Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao **SUCAF** e/ou **SICAF** e/ou **CAGEF**.

8.4. Prazo de Pagamento:

- 8.4.1.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, pelo Departamento Financeiro (DFIN-SLU), da Diretoria Administrativo-Financeira (DRADF-SLU).
- 8.4.2.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA sem que esta tenha comprovado o pagamento perante a CONTRATANTE de todo e qualquer encargo que se referir aos serviços, inclusive as contribuições devidas ao INSS, FGTS, taxas e impostos pertinentes.
- 8.4.3.** Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta ao SUCAF. Caso se ateste a irregularidade junto às fazendas públicas e seguridade social, a CONTRATADA estará sujeita as penalidades previstas no artigo 4º do Decreto nº 18.096 de 20 de setembro de 2022, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

8.5. Forma de pagamento:

- 8.5.1.** O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.
- 8.5.2.** Os serviços, contratados sob o regime de empreitada por preços unitários, serão pagos em parcelas mensais, correspondentes às respectivas medições.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRIS BR-040.

- a) As faturas correspondentes aos serviços executados serão obrigatoriamente acompanhadas das respectivas folhas de medição e deverão ser entregues à SLU até o último dia útil do mês em que foi processada a medição.
- 8.5.3.** O pagamento corresponderá à medição dos serviços efetivamente realizados no período de referência, aceitos pela fiscalização, e com base nos respectivos boletins de medição, conferidos pela unidade supervisora e fiscalização do Contrato, observado o valor unitário apresentado pelo proponente por ocasião da licitação e computados os reajustamentos cabíveis, quando for o caso.
- 8.5.4.** A CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão observar, quando da emissão do documento fiscal/fatura e do pagamento, ainda, o disposto no Decreto nº 18.272, republicado em 17 de março de 2023, que "Dispõe acerca da retenção do Imposto de Renda incidente na fonte sobre valores pagos pelo Município de Belo Horizonte, suas autarquias e fundações, a pessoas jurídicas contratadas para o fornecimento de bens ou prestação de serviços", a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações, a Portaria SMFA Nº 011/2023, publicada no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte no dia 06/04/2023 (disponível no endereço eletrônico: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/320434>, ou as normas que vierem a substituí-los, bem como toda a legislação aplicável.
- 8.5.5.** Os pagamentos serão efetuados pela Diretoria Administrativo-Financeira da SLU, por meio do Departamento Financeiro - DFIN, em moeda corrente, contra a apresentação da fatura, no curso do mês subsequente ao mês da prestação dos serviços, após conferida a fatura, comprovado o cumprimento dos deveres e obrigações da CONTRATADA e apresentadas à SLU as quitações relativas aos encargos trabalhistas, previdenciários e sociais pertinentes (INSS e FGTS).
- 8.5.6.** Por ocasião do pagamento será efetuada consulta ao Sistema Único de Cadastro de Fornecedores - SUCAF. Caso se ateste a irregularidade junto às fazendas públicas e seguridade social, a CONTRATADA estará sujeita à sanção previstas no art. 10, inciso IX, do Decreto nº 18.096/2022, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.
- 8.5.7.** Ocorrendo divergência no faturamento, a CONTRATANTE devolverá as Notas Fiscais/Faturas e Folhas de Medição à CONTRATADA para correção. Neste caso, a CONTRATANTE terá mais 02 (dois) dias úteis para processar o pagamento, contados da reapresentação e aceite das mesmas.
- 8.5.8.** A CONTRATADA deverá fornecer mensalmente à SLU por meio eletrônico tabulado a folha de pagamento discriminada por categoria de todos os funcionários diretos e alocados aos serviços objeto deste Contrato.
- 8.5.9.** Nenhum pagamento efetuado poderá ser invocado pela CONTRATADA para isentá-lo, em qualquer tempo, das responsabilidades contratuais, direta ou indiretamente, relacionadas com a execução dos serviços.
- 8.5.10.** Fica estabelecido que os pagamentos efetuados em atraso pela CONTRATANTE serão monetariamente corrigidos pelo IPCA-E, levando-se em consideração a variação deste índice entre o mês do vencimento da prestação e o efetivo pagamento.
- 8.5.11.** O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRs BR-040.

eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

9. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 9.1.1.** Prestar os serviços atendendo as especificações e prazos previstos;
- 9.1.2.** Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços;
- 9.1.3.** Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do inc. XVI do art. 92 da Lei nº 14.133/2021;
- 9.1.4.** A CONTRATADA, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste instrumento e na legislação aplicável, obriga-se a cumprir fielmente o objeto contratual, nos termos do Edital e seus Anexos, e do Contrato e seus Anexos, e, ainda, da legislação específica aplicável ao serviço prestado.
- 9.1.5.** A CONTRATADA, ao assinar o Contrato, confirma que firmou o instrumento com amplo conhecimento de seu escopo técnico e econômico-financeiro, e com base nos dados relativos ao serviço, fornecidos pela CONTRATANTE, concordando expressamente com a forma de execução e de remuneração do serviço.
- 9.1.6.** A CONTRATADA se obriga a responsabilizar-se integralmente por quaisquer questões de natureza contratual, trabalhista, empregatícia ou previdenciária decorrentes, direta ou indiretamente, das obrigações assumidas na contratação, quer relacionadas a seus próprios empregados, quer a eventuais prestadores de serviços atuantes nas instalações objeto do Contrato, ou relacionados às mesmas a qualquer título, não se estabelecendo, neste caso, qualquer relação jurídica com a CONTRATANTE.
- 9.1.7.** A CONTRATADA isentará a CONTRATANTE de toda e qualquer responsabilidade por danos, reclamações, multas, penalidades e despesas de qualquer natureza originadas ou resultantes da violação da legislação pela CONTRATADA ou por seu pessoal.
- 9.1.8.** A CONTRATADA dará conhecimento imediato à CONTRATANTE de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações contratuais e que possa constituir causa de intervenção na CONTRATADA, de caducidade ou extinção do Contrato;
- 9.1.9.** Obriga-se a CONTRATADA a dar conhecimento imediato de toda e qualquer situação que corresponda a fatos que alterem de modo relevante o normal desenvolvimento dos serviços, apresentando, por escrito e no prazo mínimo necessário, relatório detalhado sobre esses fatos, incluindo, se for o caso, contribuição de entidades especializadas, externas à CONTRATADA, com as medidas adotadas ou em curso para superar ou sanear os fatos referidos;
- 9.1.10.** No exercício da fiscalização, a CONTRATANTE terá acesso às instalações físicas utilizadas para cumprimento do objeto contratado e aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRIS BR-040.

CONTRATADA e relativos à execução do objeto contratual, com a exceção única daqueles de natureza sigilosa reconhecidos por Lei.

- 9.1.11.** Caberá a CONTRATADA a responsabilidade pelo monitoramento, manutenção e segurança operacional das instalações de captação, processamento e queima do biogás, especialmente no que diz respeito à prevenção ativa da ocorrência de possíveis riscos de incêndio e/ou explosão, conforme a seguir:
- a)** Caberá à CONTRATADA, compartilhada com a CONTRATANTE, a responsabilidade pela segurança física do maciço, especialmente no tocante à prevenção ativa da ocorrência de possíveis riscos de incêndio e/ou explosão e, caso aconteça, será apurada a reponsabilidade.
 - b)** A CONTRATADA deverá proceder de forma adequada e permanente à manutenção da sua sede de administração e de apoio operacional, dotada de refeitório, vestiário e sanitários localizados, projetados, construídos e mantidos em conformidade com as normas municipais pertinentes e com as exigências da legislação trabalhista em vigor.
 - c)** A CONTRATADA é responsável, única e exclusivamente, durante o período de vigência do Contrato, pelo monitoramento relativo à instalação e operação do empreendimento da mesma. Também indicará um responsável técnico para acompanhar todas as ações da CONTRATANTE, durante todo o período de vigência do Contrato, para a manutenção de capeamento final do maciço do Aterro Sanitário, na parcela onde explora para a extração do biogás, toda vez que solicitado pela CONTRATANTE.
 - d)** É responsabilidade da CONTRATADA a vigilância das instalações de processamento e produção de energia elétrica, bem como da sua sede de administração e apoio operacional.
- 9.1.12.** Caberá à CONTRATADA assegurar a combustão limpa do biogás captado, através do controle rigoroso e sistemático de sua queima e/ou tratamento, bem como dos procedimentos estabelecidos no tocante à drenagem, ao manuseio e ao tratamento de líquidos condensados nas tubulações de captação e transporte do biogás extraído do maciço do aterro.
- 9.1.13.** A CONTRATADA deverá manter um adequado sistema de medição e registro dinâmico da vazão do biogás extraído, providenciando sua aferição sistemática e sua permanente manutenção em perfeito estado de funcionamento, a fim de assegurar a necessária comprovação da quantidade (em volume e em massa) das emissões para a atmosfera de gás carbônico equivalente (CO₂eq) evitadas.
- 9.1.14.** A CONTRATADA deverá franquear o acesso, a todas as instalações objeto do contrato, das equipes de fiscalização e/ou auditoria da CONTRATANTE e das entidades responsáveis, caso a caso, mediante prévio aviso e, sempre que for o caso, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, em quaisquer dias do ano.
- 9.1.15.** A CONTRATADA deverá cumprir integralmente todas as normas legais relativas à proteção ambiental vigentes nas escalas Federal, do Estado de Minas Gerais e do Município de Belo Horizonte, responsabilizando-se por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRS BR-040.

- 9.1.16. A CONTRATADA deverá manter em operação, 24 (vinte e quatro) horas por dia e ao longo de todos os dias da semana, um sistema de vigilância capaz de garantir a integridade de suas instalações contra eventuais ações de vandalismo.
- 9.1.17. A CONTRATADA deverá prestar os serviços concedidos com a observância dos princípios de regularidade, eficiência, preservação ambiental, universalidade, transparência, modernidade, segurança, atualidade e continuidade.
- 9.1.18. A CONTRATADA fará constar expressamente de todos os contratos por ela celebrados com terceiros tendo como objeto a realização de atividades para a execução do objeto contratual, dispositivos explícitos que desonerem a CONTRATANTE de quaisquer obrigações e responsabilidades da competência da CONTRATADA, ainda que de maneira subsidiária, solidária ou supletiva.
- 9.1.19. Conduzir os trabalhos de acordo com normas técnicas adequadas, em estrita observância às normas legais aplicáveis;
- 9.1.20. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade técnica dos trabalhos por ela desenvolvidos e respectivos produtos;
- 9.1.21. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados, sem que isso implique qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 9.1.22. Refazer os serviços entregues e não aceitos, desde que seja comprovada a existência de erros na execução desses serviços;
- 9.1.23. Acatar normas de acesso de pessoas às instalações da CONTRATANTE;
- 9.1.24. Manter atualizados, durante toda a execução deste contrato, os documentos apresentados para o registro no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores - SUCAF;
- 9.1.25. Executar os serviços contratados, com todos os custos inerentes, de acordo com as necessidades operacionais da CONTRATANTE, em conformidade com as Ordens de Serviço, as instruções e as demais recomendações da CONTRATANTE expedidas durante a vigência do Contrato.
- 9.1.26. Providenciar a imediata correção, às suas expensas, das irregularidades apontadas pela CONTRATANTE quanto à prestação do serviço.
- 9.1.27. Prestar integral obediência à legislação de trânsito e às regras de circulação nas dependências do CTRS – BR 040, de saúde e de segurança do trabalhador.
- 9.1.28. Manter preposto no Município de Belo Horizonte, com poderes para representá-la na solução de todos os problemas e encaminhamentos necessários à concepção dos serviços.
- 9.1.29. Prestar os esclarecimentos necessários solicitados pela SLU por ocasião da verificação dos boletins mensais de medição e das faturas deles decorrentes.
- 9.1.30. Proceder à mobilização e desmobilização das máquinas e dos equipamentos, quando couber.
- 9.1.31. Efetuar a operação dos equipamentos, com operadores treinados para a função.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRs BR-040.

- 9.1.32.** Efetuar a manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos.
- a) A manutenção preventiva tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes dos equipamentos, conservando-os dentro dos padrões de operacionalidade e segurança e em perfeito estado de funcionamento.
 - b) A manutenção corretiva tem por objeto todos os procedimentos necessários a recolocar os equipamentos defeituosos em perfeito estado de funcionamento, compreendendo, inclusive, as necessárias substituições de peças defeituosas, ajustes e reparos necessários, de acordo com os Manuais e Normas Técnicas específicas para os equipamentos;
- 9.1.33.** A CONTRATADA deverá apresentar para a CONTRATANTE o plano de manutenção dos equipamentos, contendo a descrição das atividades a serem executadas, assim como a periodicidade das mesmas e as recomendações a serem adotadas em situações de falha dos equipamentos e de emergência, para garantia de segurança do sistema de queima do biogás.
- 9.1.34.** A CONTRATADA somente poderá executar a manutenção preventiva e/ou corretiva após a emissão e recebimento da ordem de serviço.
- 9.1.35.** As manutenções preventivas respeitarão o quantitativo contratado.
- 9.1.36.** Os serviços de manutenção corretiva serão realizados sempre que houver emissão de ordem de serviço, cuja motivação seja uma chamada por parte da SLU ou forem detectados problemas pelo técnico da CONTRATADA.
- 9.1.37.** O custo da prestação de serviços de manutenção corretiva corresponde ao valor de uma manutenção registrada em cada item, conforme proposta apresentada pela CONTRATADA quando da licitação, não podendo haver cobrança duplicada em caso de uma manutenção preventiva e corretiva realizadas.
- 9.1.38.** Nos casos em que, em função da natureza do defeito apresentado nos equipamentos, haja necessidade de deslocá-los até oficinas especializadas, será necessária a autorização da SLU, observando que o deslocamento não incorrerá em qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.
- 9.1.39.** Para toda intervenção preventiva e/ou corretiva, a CONTRATADA emitirá um relatório, registrando detalhadamente os serviços executados, devendo consignar, entre outras ações, a descrição dos serviços de consertos realizados em cada equipamento, com a relação das peças substituídas, com a indicação da marca, modelo, nº de série e nº de patrimônio do equipamento reparado.
- 9.1.40.** Fornecer recursos humanos, técnicos e materiais compatíveis com a execução dos serviços propostos;
- 9.1.41.** A CONTRATADA deverá manter sua equipe adequadamente identificada e uniformizada, dotando-a de vestimentas, calçados e equipamentos de proteção individual (EPI) padronizados, tal como seja exigível para o desempenho seguro de suas funções, caso a caso, conforme definido na legislação trabalhista em vigor, e observando todas as normas internas de segurança da CONTRATANTE.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRS BR-040.

- 9.1.42.** A CONTRATADA deverá providenciar a imediata retirada ou substituição de qualquer empregado seu ou de qualquer contratada a seu serviço, que não esteja cumprindo corretamente sua atividade, que esteja embarçando ou dificultando a ação fiscalizadora da CONTRATANTE, ou cuja permanência nas instalações objeto do contrato seja julgada nociva ou inconveniente, de conformidade com exposição de motivos explícita e circunstanciada emitida pelo gestor do contrato por parte da CONTRATANTE.
- 9.1.43.** Responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todos os materiais, equipamentos e ferramentas utilizadas nos serviços, quando for o caso.
- 9.1.44.** Providenciar, sob sua inteira responsabilidade e ônus, o transporte de empregados e equipamentos necessários à execução do objeto da licitação.
- 9.1.45.** Responsabilizar-se pelas despesas relacionadas direta ou indiretamente com a execução do objeto deste Contrato, tais como: materiais, mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre o custo da mão de obra, tributo, seguros, fretes e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste Contrato.
- 9.1.46.** Preencher todos os documentos solicitados pela CONTRATANTE, sendo os mesmos os meios adequados para comunicação de todos e quaisquer fatos, solicitações, análises, avaliações, etc., referentes à execução dos serviços e ao cumprimento do Contrato.
- 9.1.47.** Providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por lei, com vigência a partir da data de início dos trabalhos até seu encerramento, assumindo todos os riscos e ônus inerentes;
- 9.1.48.** Responsabilizar-se pela contratação, por sua conta exclusiva, dos seguros do pessoal, equipamentos e veículos que venha a utilizar na execução dos trabalhos;
- 9.1.49.** Caso não providencie a cobertura dos seguros exigidos neste item, a CONTRATADA assumirá todos os riscos e ônus inerentes à execução dos trabalhos;
- 9.1.50.** Apresentar mensalmente a época da medição declaração das atividades desenvolvidas pela equipe prevista na administração local, bem como dos demais itens que a compõe, com os respectivos registros fotográficos, a qual será utilizada para fins de medição.
- 9.1.51.** A CONTRATADA deverá manter suas instalações e estruturas de apoio limpas, sem resíduos e recipientes que possam acumular água, evitando a proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*, não permitindo acúmulo ou armazenamento de materiais de qualquer natureza que não sejam de uso das atividades, inservíveis ou em condições de degradação.
- 9.1.52.** A CONTRATADA deverá submeter-se a adequados e permanentes procedimentos de manutenção das edificações e instalações fixas, bem como os equipamentos, as máquinas, os veículos, os instrumentos e dispositivos de monitoramento, controle e medição necessários, tendo em vista os padrões de controle ambiental e segurança exigidos pela legislação vigente e pelas normas técnicas aplicáveis em cada caso e

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRIS BR-040.

circunstância (emanações gasosas, líquidas e de materiais particulados, ruídos, riscos de incêndios e explosões, estabilidade estrutural do maciço do aterro sanitário, etc.).

- 9.1.53.** A CONTRATADA, sempre que necessário, deverá disponibilizar um profissional com formação em Segurança do Trabalho para acompanhar as atividades em que o trabalhador identifique situações de riscos para sua segurança, garantindo-lhe o direito de recusa de executar as tarefas nestas condições até que sejam sanadas todas as irregularidades. As medidas propostas por este profissional deverão ser implantadas imediatamente após a concordância da CONTRATADA.
- 9.1.54.** Elaborar e cumprir integralmente o Plano de Segurança do Trabalho conforme “Normas de Segurança e Saúde do Trabalhador para Prestação dos Serviços”, editadas pela CONTRATANTE, a ser apresentado em, no máximo até 20 (vinte) dias da ordem de serviço.
- 9.1.55.** Qualquer alteração do Plano de Segurança apresentado pela CONTRATADA após a validação da CONTRATANTE deverá ser autorizada pela mesma.
- 9.1.56.** Fornecer os EPI's e EPC's necessários para perfeito desempenho do trabalho, de modo a prevenir acidentes e doenças do trabalho de acordo com os riscos identificados na Análise Preliminares de Risco de cada atividade e Programas de Gerenciamento de riscos da CONTRATADA respeitando todas as determinações de Segurança previstas nas Normas do Ministério do Trabalho;
- 9.1.57.** A CONTRATANTE deverá, ainda, fornecer os EPI's e EPC's que a CONTRATADA julgar necessários caso identifique situações em que as medidas propostas são inadequadas ou insuficientes para proteção do trabalhador.
- 9.1.58.** Obriga-se a CONTRATADA a cumprir as normas de higiene, saúde, segurança e medicina do trabalho da Consolidação das Leis do Trabalho, da Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, das Normas Regulamentadoras da Portaria no 3.214 do Ministério do Trabalho.
- 9.1.59.** Apresentar, antes do início das atividades, através de meio digital, os documentos de Medicina e Segurança do Trabalho exigidos pela Portaria 3214/78, não sendo permitida a execução de qualquer atividade antes da remessa e análise dos documentos pelo setor de Medicina e Segurança do trabalho da SLU. Deverão ser disponibilizados em arquivos digitais: PGR/GRO; PCMSO; ASO's admissionais ou periódicos (conforme as datas de registros dos empregados); Ordens de serviços do empregador ao empregado; Análise Preliminar de Riscos (APR); certificado de treinamento de segurança para a função, incluindo a abordagem aos riscos presentes na área de execução das atividades e; Fichas de EPI's contendo o registro dos equipamentos inclusos em contrato para início das atividades.
- 9.1.60.** A CONTRATADA se responsabilizar integralmente por todas as despesas relacionadas, direta ou indiretamente, à execução deste contrato, durante todo o período de vigência do Contrato, inclusive no que diz respeito ao fornecimento de energia elétrica, e de água, à coleta e tratamento de esgotos sanitários, a serviços de comunicações de quaisquer naturezas e ao recolhimento de taxas e impostos inerentes a quaisquer das atividades abrangidas pelo escopo do contrato;

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRS BR-040.

9.1.61. A CONTRATADA deve zelar pela conservação das áreas disponibilizadas pela SLU, entregando, ao final do Contrato, todas as instalações, no mínimo, nas mesmas condições em que recebeu.

9.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 9.2.1.** Acompanhar e fiscalizar a execução da prestação do serviço contratado, por meio do Departamento de Destinação Final de Resíduos, gerências e servidores designados.
- 9.2.2.** Fiscalizar a manutenção pela CONTRATADA, das condições de habilitação exigidas neste instrumento, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.2.3.** Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato.
- 9.2.4.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do serviço/fornecimento.
- 9.2.5.** Fornecer todos os formulários/modelos necessários ao registro dos serviços executados, tais como os Boletins Diários de Serviços.
- 9.2.6.** Fornecer informações necessárias à condução dos trabalhos pela CONTRATADA, caracterizando as especificações e referências necessárias ao perfeito atendimento da CONTRATADA quanto ao objeto licitado.
- 9.2.7.** Executar, conferir e assinar, mensalmente, a medição dos serviços.
- 9.2.8.** Impedir a realização de tarefas estranhas aos postos de serviço.
- 9.2.9.** Solicitar, a qualquer tempo, o afastamento de qualquer empregado ou prestador de serviços da CONTRATADA cujo comportamento resulte em problemas para o adequado cumprimento de suas obrigações contratuais, inclusive no que diz respeito à convivência harmônica com os servidores e prestadores de serviço do CONTRATANTE, atuantes na área da CTRS / BR.040.
- 9.2.10.** Emitir no menor tempo possível, quando de sua responsabilidade, os documentos legais necessários para o licenciamento, implantação e operação do empreendimento a cargo da A CONTRATADA.
- 9.2.11.** Expedir Ordens de Serviço referentes à execução contratual.
- 9.2.12.** Emitir Anotação de Responsabilidade Técnica para as atividades de planejamento e fiscalização referentes às atividades do Contrato.

10. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

- 10.1.1.** Trata-se de serviço de engenharia, a ser contratado mediante procedimento licitatório, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento por MENOR PREÇO apurado de forma global.

11. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRs BR-040.

- 11.1.** O Licitante classificado em primeiro lugar, deverá providenciar o envio da Documentação de Habilitação, juntamente com os documentos da Proposta Comercial, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir da solicitação, anexando na opção “Enviar anexo”, os seguintes documentos:
- 11.2. Habilitação jurídica:**
- 11.2.1.** registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
 - 11.2.2.** ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado atualizado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa;
 - 11.2.3.** documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
 - 11.2.4.** ato constitutivo atualizado e devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades não empresariais, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
 - 11.2.5.** decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
 - 11.2.6.** caso ocorra à participação de consórcios de empresas, deverão ser apresentados os documentos de Habilitação Jurídica de cada um dos consorciados, bem como Termo de Compromisso de Constituição do Consórcio, atendendo aos requisitos mínimos previstos no **subitem 7.1.3 do Edital** e art. 15 da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:**
- 11.3.1.** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, do Ministério da Fazenda;
 - 11.3.2.** prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver relativo à sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
 - 11.3.3.** prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do Licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
 - 11.3.4.** prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
 - 11.3.5.** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, ou de certidão positiva com efeitos de negativa.
 - 11.3.6.** caso ocorra à participação de consórcios de empresas, deverão ser apresentados os documentos de Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista de cada um dos consorciados.
 - 11.3.7.** Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal por parte de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, ou Sociedade Cooperativa Equiparada, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e da Lei Municipal n.º 10.936/2016,

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRIS BR-040.

o(a) Agente de Contratação julgará habilitadas a ME/EPP/SCE, concedendo o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação fiscal, pagamento ou parcelamento do débito, a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

- a) A prorrogação do prazo para a regularização fiscal prevista **neste subitem** dependerá de requerimento pelo interessado, **dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis** concedidos para a regularização da documentação fiscal.
- b) A não regularização da documentação fiscal por parte das Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, ou Sociedade Cooperativa Equiparada, no prazo previsto neste subitem, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável, sendo facultado à Administração convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato ou revogar a licitação.

11.4. Qualificação Técnica:

11.4.1. Certidão de registro ou comprovante de inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

11.4.2. Comprovação pela empresa de possuir em quadro permanente, na data prevista para o julgamento, profissional(is) de nível superior, detentor(es) de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, com apresentação do atestado(s) e acompanhado(s) do(s) respectivo(s) Certificado(s) de Acervo Técnico CAT(s) emitido(s) pelo CREA ou CAU, comprovando a experiência do(s) profissional(is) na execução de atividade de manutenção e operação de captação, transporte e queima de biogás.

11.4.2.1. O(s) profissional(s) indicado(s) pela Licitante em sua documentação de habilitação, nos termos do **subitem 11.4.2**, deverá(ão) ser o(s) responsável(s) técnico(s) pela execução dos serviços, nos termos do art. 67, §6º da Lei Federal nº 14.133/2021, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela SLU.

11.4.2.2. A comprovação de inclusão no Quadro Permanente, a qual se refere o **subitem 11.4.2**, deverá ser realizada pela apresentação de:

- a. cópia do Contrato de Trabalho do profissional, ou
- b. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; ou
- c. cópia do Contrato Social da empresa em que consta o profissional integrante da sociedade,
- d. ou, ainda, através do contrato de execução de serviços regido pela legislação civil comum, devidamente registrado no cartório competente e/ou na entidade profissional competente, conforme

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRs BR-040.

preconizam o art. 1º, da Lei Federal 6.496/1977 e o art. 45, da Lei Federal 12.378/2010.

- 11.4.3.** Certidões ou atestado(s) de capacidade técnico-operacional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que o Licitante executou diretamente atividade de manutenção e operação de captação, transporte e queima de biogás.
- 11.4.4.** **Declaração de que o Licitante tomou conhecimento** de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo do **Anexo VI do Edital**.
- 11.4.5.** Os atestados e/ou certidões deverão estar emitidos em papéis timbrados ou deverão conter carimbo do CNPJ ou outra informação que permita a devida identificação do seu emitente.
- 11.4.6.** Não serão aceitos atestados e/ou certidões de responsabilidade ou capacidade técnica emitidos pelo próprio Licitante.
- 11.4.7.** Em caso de apresentação de atestado e/ou certidão de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual o licitante tenha feito parte, se o atestado não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, deverá ser apresentado o instrumento de constituição do Consórcio demonstrando o percentual de participação de cada consorciado, hipótese em que serão aplicados os critérios previstos no §10 do art. 67 da Lei n.º 14.133/2021 para fins de cômputo da qualificação técnica.

11.5. Qualificação Econômico-Financeira:

- 11.5.1.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que demonstrem a situação financeira do licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- a) As empresas com menos de um ano de existência devem apresentar Balanço de Abertura devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio do Licitante ou no órgão de registro equivalente.
- b) As empresas com mais de um e menos de dois anos de existência devem apresentar a documentação exigida neste item relativas ao último exercício social exigível.
- c) Serão considerados, “na forma da lei”, o balanço patrimonial (inclusive o Balanço de Abertura) e a Demonstração Contábil do Resultado do Último Exercício Social assim apresentados:
- I.** Publicados em Diário Oficial; ou
- II.** Publicados em Jornal; ou
- III.** Devidamente registrados/autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou registrado no órgão de registro equivalente; ou



Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRS BR-040.

IV. Na forma de escrituração contábil digital (ECD) nos termos da Instrução Normativa da RFB, preferencialmente com o termo de autenticação eletrônica gerado pelo sistema.

d) Os balanços patrimoniais (inclusive o Balanço de Abertura) e demonstrações contábeis dos resultados dos últimos exercícios sociais deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

11.5.2. Cálculo do Índice de Liquidez Geral (ILG), Índice de Liquidez Corrente (ILC) e Índice de Endividamento (IE), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, sendo considerado habilitado o Licitante que apresentar nos dois últimos exercícios sociais:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} \geq 1,00$$

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00 e$$

$$IE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo NÃO Circulante}}{\text{Ativo Total}} \leq 0,60$$

11.5.3. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

a) Na hipótese em que a certidão for positiva, caso a empresa se encontre em recuperação judicial ou extrajudicial, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.

11.5.4. Caso ocorra a participação de consórcios de empresas, deverão ser apresentados os documentos exigidos neste item de cada um dos consorciados.

11.5.5. Declarações:

- a) **Declaração que a empresa não possui em seu quadro de empregados menores** de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, para fins do disposto no art. 68, inciso VI, da Lei n.º 14.133/2021, conforme modelo anexo do Edital.
- b) **Declaração que atendem aos requisitos de habilitação**, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme modelo anexo do Edital.
- c) **Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme modelo anexo do Edital.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRs BR-040.

- d) **Declaração que a empresa tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da Licitação**, conforme modelo anexo do Edital, nos termos do art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- e) **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas** assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme modelo do Anexo XIII do Edital.

- 11.6. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída, no que couber, pelo registro cadastral ou documentação constante no SUCAF, CAGEF ou SICAF.
- 11.7. Na hipótese do Licitante vencedor ser considerado inabilitado, serão requeridos e analisados a **Proposta** e os documentos de habilitação do Licitante subsequente, por ordem de classificação, nos mesmos termos e prazos especificados neste edital, até que se obtenha um Licitante habilitado.
- 11.8. O prazo estipulado no **subitem 11.1** poderá ser prorrogado, quando solicitado pelo Licitante durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 11.9. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12. **DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

- 12.1. O Licitante classificado em 1º lugar deverá providenciar o envio da documentação relativa à **Proposta Comercial** e à **Habilitação** no prazo de **03 (três) dias úteis** contados a partir da solicitação, anexando na opção “Enviar anexo”, podendo ser incluídos quantos arquivos forem necessários. Deverão ser anexados ainda os seguintes documentos:

12.1.1. *Carta de apresentação da Proposta Comercial* conforme Anexo II do Edital – Modelo de Proposta Comercial;

12.1.2. **Planilha de Orçamento**, assinada pelo responsável pelo orçamento do Licitante, com a cotação de preços do Licitante, guardando absoluta fidelidade com a(s) **Planilha(s) de Orçamento** fornecida(s) pela SLU, no que se refere às atividades, unidades e quantidades;

- a) O Licitante deverá apresentar **Planilha de Orçamento** em arquivo digital, em formato “PDF” e em formato Microsoft Excel, editável, conforme a que integra os **Apêndices II e III** deste instrumento.
 - I. Os PREÇOS propostos pela Licitante deverão ter duas casas decimais. Caso o preço unitário seja inserido na planilha através de fórmula, deverá ser utilizada a função **ARRED(...)** do *Microsoft Excel*, limitando

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRIS BR-040.

em duas casas decimais, para eliminar as divergências de arredondamento.

12.1.3. Detalhamento das Composições de Preços Unitários de TODOS os itens constantes da(s) **Planilha(s) de Orçamento**, indicando os quantitativos de consumo de cada insumo que forma o custo unitário, em meio digital, em formato “PDF” e em formato Microsoft Excel, editável;

12.1.4. Detalhamento de cálculo dos encargos sociais, conforme modelo disposto no **Apêndice VIII** deste instrumento.

- a) O Licitante deverá apresentar também, quando for o caso, o detalhamento dos encargos incidentes sobre a contratação de profissionais realizada através de contrato de prestação de serviços ou através de outros vínculos que não o empregatício, considerando os encargos incidentes sobre a forma de contratação adotada.
- b) Em caso de divergência entre o percentual de encargos sociais adotado na composição do preço unitário constante da **Proposta Comercial** e o efetivamente dispendido pelo Licitante, serão adotadas as orientações a seguir:
 - I.** Adoção de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
 - II.** Adoção de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido unilateralmente da planilha de preços unitários e haverá glosa dos valores, quando do pagamento, e/ou redução para fins de ressarcimento dos pagamentos indevidos.

12.1.5. Detalhamento do cálculo das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) com detalhamento, conforme modelo disposto no **Apêndice V** deste instrumento.

- a) Os impostos considerados de natureza direta e personalíssima, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido – CSLL, não deverão ser incluídos no BDI (TCU, Súmula 254).
- b) A PROPONENTE deverá apresentar a última "Demonstração Contábil do Resultado do Último Exercício Social", comprovando se a mesma está enquadrada no regime cumulativo com incidência de PIS = 0,65% e COFINS = 3% ou, regime não cumulativo com incidências máximas de PIS = 1,65% e COFINS = 7,6%;
- c) Se a PROPONENTE estiver enquadrada no regime não cumulativo, não deve cotar os percentuais máximos de PIS e COFINS, mas aqueles que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos últimos doze meses. Nesse caso, é obrigada a apresentação da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS-EFD-Contribuições dos últimos 12 meses (agosto/2023 a julho/2024).

12.1.6. Cronograma Físico Financeiro Básico, conforme modelo disposto no **Apêndice IV** deste instrumento.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRs BR-040.

- 12.1.7.** Declaração que está ciente das condições contidas neste Edital e em seus anexos, bem como de que **cumprе plenamente os requisitos de habilitação neles definidos e que inexistem fatos impeditivos** para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo Anexo do Edital;
- 12.1.8. Declaração de “Elaboração Independente de Proposta”**, em atendimento ao disposto no Decreto Municipal n.º 14.297/2011, conforme modelo Anexo do Edital;
- 12.1.9.** Sendo o Licitante Microempresa, Microempreendedor, Empresa de Pequeno Porte, ou Sociedade Cooperativa Equiparada, assim enquadradas nos termos do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar n.º 123/2006, deverá apresentar **declaração de “Beneficiário da Lei Complementar n.º 123/2006”**, conforme modelo Anexo do Edital, em atendimento ao disposto nos §§1º a 4º, do art. 8º, da Lei Municipal n.º 10.936/2016 e art. 4º, §2º da Lei n.º 14.133/2021;
- 12.1.10. Declaração da Licitante**, assinada pelo Representante Legal da empresa, de que apresentará, no ato da assinatura do Contrato, os documentos que indiquem as instalações, o aparelhamento e o pessoal técnico, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do Contrato, bem como de que disponibilizará a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, conforme modelo Anexo do Edital.
- 12.1.11. Declaração que no preço dos itens que compõem o objeto**, estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena execução dos serviços, e quaisquer outras despesas pertinentes e necessários e, ainda, quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto.
- 12.1.12. Declaração expressa** de aceitação dos percentuais do cronograma físico-financeiro básico apresentado pela SLU neste Edital.
- 12.2.** O prazo estipulado no subitem **12.1** poderá ser prorrogado, quando solicitado pelo Licitante durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 12.3.** Todos os preços constantes da proposta deverão ter como referência o mês de elaboração do orçamento – **agosto/2024**.
- 12.4.** A documentação deverá ser formatada observando o cuidado com relação ao cabeçalho e rodapé, estes não podem interferir com as informações dos itens e valores da respectiva proposta comercial.
- 12.5.** Todos os documentos exigidos neste item servirão como subsídio para análise da exequibilidade das propostas.
- 12.6.** A Proposta Comercial deverá referir-se a todos os itens e quantitativos previstos neste instrumento e seus Apêndices.
- 12.7.** O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital. O licitante será responsável por todas as transações, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRs BR-040.

- 12.8.** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 12.9.** As propostas não poderão impor condições ou conter opções.
- 12.10.** Será desclassificada a proposta que não atender às exigências previstas neste Edital, salvo se, inequivocamente, as falhas não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo.
- 12.11.** Também será desclassificada a proposta que, após as diligências, não corrigir ou justificar eventuais irregularidades apontadas pelo Agente de Contratação.
- 12.12.** Os critérios de aceitabilidade da proposta estão previstos no Edital.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:**
- 13.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 13.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 13.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;
 - 13.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida;
 - 13.1.5.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 13.1.6.** Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - 13.1.7.** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 13.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 13.1.9.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei n.º 12.846/2013.
- 13.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:**
- 13.2.1. Advertência,** quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de sanção mais grave, nos moldes do § 2º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 5º do Decreto nº 18.096/2022;
 - 13.2.2. Multas,** observados os seguintes percentuais:
 - a)** Multa de 0,01% (um centésimo por cento) do valor atualizado do Contrato por dia de infração constatada, limitado a 30 (trinta) dias por período de descumprimento, no caso de inobservância dos cuidados necessários ao combate à proliferação do mosquito *Aedes aegypti*.
 - b)** Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do contrato, excluída, quando

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRS BR-040.

for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

- I.** O atraso, para efeito de cálculo da multa moratória, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.
 - II.** As multas moratórias por atraso no cumprimento do Cronograma Físico Financeiro, após apuradas pelo Fiscal do Contrato, terão sua execução condicionada ao comprometimento do prazo de conclusão dos serviços contratados, de modo que a CONTRATADA terá a oportunidade de sanear o atraso verificado sem prejuízos ao correto andamento dos serviços, hipótese na qual deverá ser observado o procedimento previsto nos subitens a seguir:
 - O eventual descumprimento do cronograma será comunicado à CONTRATADA juntamente com o respectivo valor da multa, para que se apresente um planejamento contendo a forma e o prazo de solução do atraso;
 - A CONTRATANTE analisará a solução e prazo apresentados pela CONTRATADA, emitindo parecer favorável ou não. Se não concordar, deverá apresentar nova sugestão para aprovação da CONTRATADA;
 - Após o prazo fixado pela CONTRATADA para a solução do atraso, a CONTRATANTE irá apurar se o atraso se mantém, quando, então, a multa apurada anteriormente será aplicada considerando todo o atraso havido nos serviços;
 - Na hipótese de o atraso ter sido compensado, retomado o cronograma, a CONTRATADA não será penalizada.
 - III.** O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos poderá ser considerado inexecução total do Contrato.
- c) Multa compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor atualizado do contrato pelo descumprimento de preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:**
- I.** Deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
 - II.** Deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;
 - III.** Deixar de complementar o valor e/ou prorrogar o prazo da garantia recolhida, se for o caso, após solicitação e no prazo assinalado pela CONTRATANTE;
 - IV.** Não devolver os valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE;



Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRIS BR-040.

- V. Deixar de manter todas as condições de habilitação, durante a execução do Contrato, nos termos do inciso XVI, do art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021;
 - VI. Deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
 - VII. Manter empregado sem qualificação para a execução do objeto do Contrato;
 - VIII. Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato;
 - IX. Tolerar, no cumprimento do Contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
 - X. deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual (EPI), quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra, inclusive no que tange à entrega ou fornecimento de materiais;
 - XI. deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
 - XII. deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
 - XIII. deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e/ou previdenciária regularizada;
 - XIV. deixar de implantar as medidas de proteção coletivas adequadas e dentro dos padrões impostos pelas Normas Regulamentadoras definidas pela Portaria nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho;
 - XV. não manter atualizado o e-mail para contato, sobretudo do Coordenador ou prepostos, nem informar à gestão e à Fiscalização do Contrato, no prazo de dois dias, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;
 - XVI. subcontratar o objeto ou a execução de serviços;
 - XVII. não atender, no prazo estipulado, às determinações técnicas e diretrizes formuladas pela Fiscalização do Contrato, sem justificativa, comprometendo o andamento e a qualidade dos serviços;
 - XVIII. Deixar de apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias corridos do início da execução do contrato, o Plano de Manutenção Preventiva dos equipamentos, contendo a descrição das atividades a serem executadas.
- d) **Multa compensatória de 5% (cinco por cento)** sobre o valor da parcela inadimplida pela entrega do objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRs BR-040.

- e) **Multa compensatória de 10% (dez por cento)** sobre o valor total atualizado do Contrato quando a CONTRATADA der causa a rescisão contratual ou em caso de inexecução total do Contrato.

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da administração direta e indireta do Município de Belo Horizonte, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos moldes do art. 156, §4º da Lei n.º 14.133/2021 e do art. 17 do Decreto nº 18.096/2022, quando praticadas as infrações administrativas previstas nos **subitens 13.1.2 a 13.1.5** deste instrumento e quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- a) A aplicação de 03 (três) sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, possibilita a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar.

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar quando praticadas infrações administrativas previstas nos **subitens 13.1.6 a 13.1.9** deste instrumento, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **subitens 13.1.2 a 13.1.5** deste instrumento, que justifiquem a imposição de sanção mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos moldes do art. 156, § 5º da Lei Federal e do art. 20 do Decreto nº 18.096/2022.

- a) No caso da prática de atos lesivos previstos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a que se refere o **subitem 13.1.9** deste instrumento, todas as infrações administrativas conexas serão apuradas e julgadas conjuntamente, nos termos da referida lei e do Decreto nº 16.954, de 2 de agosto de 2018.

13.3. A aplicação de multa de mora não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

13.4. As sanções previstas neste instrumento serão fixadas considerando a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias atenuantes ou agravantes, os danos e a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, consoante art. 51 do Decreto nº 18.096/2022.

13.5. Na hipótese de aplicação da multa compensatória no patamar de 30% (trinta por cento), não poderá haver aumento de pena em razão do disposto no art. 51 do Decreto nº 18.096/2022.

13.6. À luz do caso concreto, a autoridade competente poderá aplicar penalidade menos gravosa do que aquela inicialmente notificada, desde que em conformidade com a lei e compatível com o resultado da apuração respectiva.

13.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRs BR-040.

- 13.8. A multa inadimplida poderá, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE decorrente de outros contratos firmados com a CONTRATANTE.
- 13.9. A aplicação das sanções previstas, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.
- 13.10. O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.
- 13.11. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.
- 13.12. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas, sendo concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.
- 13.13. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito.
- 13.14. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa. A CONTRATADA poderá empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, para provar a verdade dos fatos em que se funda sua alegação, pedido ou defesa e que possam influir eficazmente na convicção da autoridade competente para decidir.
- 13.15. As sanções serão processadas de acordo com o disposto no Decreto n.º 18.096/2022.

14. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 14.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pela Superintendência de Limpeza Urbana serão observadas as determinações que se seguem.
- 14.2. A CONTRATANTE exige que as LICITANTES/CONTRATADAS, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução do Contrato. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:
- 14.2.1. “Prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato.
- 14.2.2. “Prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento da CONTRATANTE.
- 14.2.3. “Prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento da CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRIS BR-040.

artificiais não competitivos e privar a CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta.

14.2.4. “Prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução do Contrato.

14.2.5. “Prática obstrutiva” significa destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação da CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação ou agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito da CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

14.3. A CONTRATANTE rejeitará a proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o Licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias, coercitivas ou obstrutivas durante o procedimento licitatório.

14.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51, de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

15. DA POLÍTICA E AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE

15.1. A CONTRATADA deverá se submeter a avaliação de integridade para fins de assinatura do Contrato ou antes da celebração de aditamentos contratuais nos termos previstos na Lei Municipal n.º 11.557/2023 e Decreto Municipal n.º 18.609/2024.

15.2. Objetivando afirmar a aderência da CONTRATADA aos padrões éticos e de integridade, exigidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:

15.2.1. A CONTRATADA se compromete a conhecer e observar as diretrizes da política de integridade adotada pela administração municipal, nos termos do Decreto nº 18.337/2023.

15.2.2. A CONTRATADA se compromete a se orientar pelos princípios do Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração, insertos no Decreto nº 14.635/2011; atentando-se para a aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013.

15.2.3. A CONTRATADA fica ciente de que é vedada a contratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRs BR-040.

- 15.2.4.** A CONTRATADA deverá assegurar que seus colaboradores, empregados, subcontratados e agentes estejam cientes e cumpram as referidas diretrizes durante a execução do contrato.
- 15.2.5.** O descumprimento de quaisquer das diretrizes mencionadas poderá acarretar a aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 15.2.6.** A CONTRATADA fica ciente de que deverá se submeter, nos termos da Lei nº 11.557/2023, à avaliação de integridade nas seguintes situações:
- a) Na celebração de aditivo contratual, considerando a validade prevista no § 2º do art. 2º da Lei nº 11.557/2023;
 - b) A qualquer tempo durante a vigência da relação contratual, a critério da administração municipal, em especial no caso de denúncia ou quando constatada alteração relevante das informações prestadas ou declaradas pela empresa.
 - c) A avaliação de integridade será realizada mediante preenchimento do formulário de Due Diligence pela CONTRATADA e emissão do RAI - Relatório de Avaliação de Integridade pelo órgão ou entidade responsável pela contratação e observará informações relativas ao perfil da empresa, de sócios e de administradores, relacionamento com agentes públicos e terceiros, reputação e histórico de envolvimento em casos de desvios éticos, fraude e corrupção, assim como a adoção pela empresa de práticas de prevenção e combate à fraude e à corrupção, como programa de integridade, código de ética e outras, de modo a determinar o Grau de Risco à Integridade - GRI - da CONTRATADA.
 - d) A CONTRATADA deverá possuir conta google para a viabilização do preenchimento do Formulário de *Due Diligence*.
 - e) Nos procedimentos de avaliação de integridade será observado o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).
- 15.3.** A avaliação de integridade terá validade de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de liberação do Relatório de Avaliação de Integridade - RAI, salvo nas situações de GRI alto, quando a validade será de 12 (doze) meses.
- 15.4.** Em caso de consórcio, todas as empresas consorciadas devem preencher o formulário individualmente com seus respectivos CNPJs. Não é necessário o preenchimento com o CNPJ do consórcio.
- 16. DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS**
- 16.1.** A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRIS BR-040.

- 16.2.** A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.
- 16.3.** A CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.
- 16.4.** A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 16.5.** A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 16.5.1.** A CONTRATADA obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.
- 16.6.** A CONTRATADA fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.
- 16.6.1.** À CONTRATADA não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- a)** A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.
- 16.7.** A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, a CONTRATANTE no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 16.7.1.** A notificação não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 16.7.2.** A CONTRATADA que descumprir nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.
- 16.8.** A CONTRATADA fica obrigada a manter preposto para comunicação com a CONTRATANTE para os assuntos pertinentes à Lei Federal nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRS BR-040.

- 16.9.** O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.
- 16.10.** O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais. O contrato oferece maior detalhamento sobre proteção e transmissão de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

17. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

- 17.1.** O Contrato não poderá ser alterado, quantitativa ou qualitativamente, conforme Decreto n.º 13.757/2009, sob pena de incorrer em ilegalidade, exceto nas condições previstas no §3º do art. 1º, quando serão obedecidos os limites legais previstos no art. 125 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e observados, para a formalização do aditamento, os procedimentos para formação dos preços para celebração de aditivos estabelecidos no Decreto Municipal n.º 18.303/23.

- 17.2.** O Contrato poderá ser alterado excepcionalmente, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

17.2.1. Unilateralmente pela administração:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela lei federal n.º 14.133/2021;

17.2.2. Por acordo entre as partes:

- a) Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRs BR-040.

- 17.2.3.** Nas alterações unilaterais a que se refere o **item 17.2.1** a CONTRATADA será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 17.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 17.4.** Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 17.5.** A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor da CONTRATADA em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.
- 17.5.1.** Em caso de adoção dos regimes de empreitada por preço unitário e tarefa, a diferença poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência utilizado na formação dos preços para celebração do aditivo.
- 17.6.** Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos da CONTRATADA, a Administração irá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.
- 17.7.** Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.
- 17.8.** Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133/2021.

18. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 18.1.** Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
- 18.1.1.** Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- 18.1.2.** Desatendimento das determinações regulares emitidas pela fiscalização ou por autoridade superior;
- 18.1.3.** Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- 18.1.4.** Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da CONTRATADA;

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRs BR-040.

- 18.1.5.** Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- 18.1.6.** Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima da CONTRATANTE;
- 18.1.7.** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social ou para aprendiz.
- 18.1.8.** Constatação de que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 18.2.** A CONTRATADA terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
- 18.2.1.** Supressão, por parte da administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da lei federal nº 14.133/2021;
- 18.2.2.** Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- 18.2.3.** Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- 18.2.4.** Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- 18.3.** As hipóteses de extinção a que se referem os subitens 18.2.2 ao 18.2.4 deste instrumento observarão as seguintes disposições:
- 18.3.1.** Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que a CONTRATADA tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- 18.3.2.** Assegurarão à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do art. 124 da lei federal nº 14.133/2021.
- 18.4.** Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da lei federal nº 14.133/2021 deverão ser notificados pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 18.5.** A extinção do contrato poderá ser:
- 18.5.1.** Determinada por ato unilateral e escrito da administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRS BR-040.

- 18.5.2.** Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da administração;
- 18.5.3.** Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 18.6.** A extinção determinada por ato unilateral da administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- 18.7.** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da administração, a CONTRATADA será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
- 18.7.1.** Devolução da garantia;
- 18.7.2.** Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- 18.7.3.** Pagamento do custo da desmobilização.
- 18.8.** A extinção determinada por ato unilateral da administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta lei, as seguintes consequências:
- 18.8.1.** Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da administração;
- 18.8.2.** Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- 18.8.3.** Execução da garantia contratual para:
- a)** Ressarcimento da administração pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - b)** Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - c)** Pagamento das multas devidas à administração pública;
 - d)** Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
 - e)** Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à administração pública e das multas aplicadas.
- 18.9.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 18.10.** O Contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inc. IV, da Lei n.º 14.133/2021).

19. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRRS BR-040.

- 19.1.** O valor global estimado da contratação é de R\$ 3.058.998,74 (três milhões, cinquenta e oito mil, novecentos e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos) por um período de 12 (doze) meses.

20. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 20.1.** As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela (s) seguinte (s) dotação(ões) orçamentária(s):

2708.4501.17.512.046.2.539.0002.339035.01.1.501.784.0000.

- 20.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

21. DO INÍCIO DA EXECUÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS DO CONTRATO

- 21.1.** O prazo para início da execução dos serviços é de 30 (trinta) dias contados do recebimento da ordem de serviço com a respectiva Nota de Empenho.

- 21.2.** Os serviços somente serão recebidos quando perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que integram o Contrato.

- 21.3.** Todos os serviços em desacordo com as especificações técnicas, assim como falhas verificadas no ato de seu recebimento, deverão ser refeitos pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE. Nesses casos, o prazo para a recuperação dessas falhas será determinado pela FISCALIZAÇÃO, que comunicará imediatamente ao GESTOR do Contrato e sua inobservância implicará na aplicação das multas previstas no contrato.

21.3.1. A reprovação dos serviços em qualquer fase de sua execução e a consequente correção não implicam no perdão ou alteração das multas respectivas.

- 21.4.** A fiscalização, após o término da vigência contratual e ao considerar o objeto do Contrato concluído, comunicará o fato à autoridade superior, que providenciará o Termo de Encerramento Contratual.

21.4.1. O Termo de Encerramento Contratual emitido pela CONTRATANTE será assinado pelas partes e constará:

- a)** Atestado de atendimento pleno às disposições deste contrato e da execução dos serviços;
- b)** Quitação plena pela CONTRATADA das importâncias relativas às faturas recebidas e emitidas contra a CONTRATANTE.

- 21.5.** A responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, correção e segurança dos serviços subsistirá na forma da lei.

22. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRIS BR-040.

- 22.1.** Em conformidade com o Decreto nº 18.324, de 18 de maio de 2023, a presente contratação será acompanhada e fiscalizada pela Diretoria Operacional, por meio do Departamento de Destinação Final de Resíduos – DDFR-SLU.
- 22.1.1.** A gestão do contrato correrá pela Diretoria Operacional da Superintendência de Limpeza Urbana.
- 22.1.2.** A fiscalização do Contrato será feita por servidor responsável, cuja indicação será feita através de Portaria do Superintendente da SLU.
- 22.1.3.** A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo Departamento de Destinação final de Resíduos – DDFR-SLU ou por servidor responsável designado pelo mesmo, com poderes para verificar se as especificações estão sendo cumpridas, analisar e decidir sobre proposições da CONTRATADA que visem melhorar a execução dos serviços, fazer qualquer advertência quanto a qualquer falha da CONTRATADA, recomendar aplicação de multas ou outras penalidades previstas no Contrato.
- 22.2.** A CONTRATANTE, que terá plenos poderes para verificar e fazer cumprir a perfeita execução do objeto contratado, de acordo com as exigências contratuais, especificações, normas técnicas, instruções técnicas, padrões de qualidade e legislação vigente, desde o início dos serviços, até o final da vigência contratual.
- 22.3.** A fiscalização da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pela prestação dos serviços avençados.
- 22.4.** O gestor e o fiscal do Contrato poderão indicar empregados da SLU para supervisionar os serviços a serem executados pela CONTRATADA.
- 22.5.** A fiscalização da execução dos serviços pelas Unidades da SLU não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA por danos causados direta ou indiretamente à CONTRATANTE durante a execução dos serviços contratados, a qual se reserva o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços diretamente ou por prepostos designados, da seguinte forma:
- 22.5.1.** Ter livre acesso aos locais de trabalho da mão-de-obra da CONTRATADA.
- 22.5.2.** Não permitir que a mão-de-obra execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas.
- 22.5.3.** Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou distintivo, que embarçar ou dificultar as ações fiscalizadoras ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, seja julgada inconveniente.
- 22.5.4.** Examinar as carteiras profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional.
- 22.5.5.** Solicitar a CONTRATADA a substituição de qualquer equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades.
- 22.5.6.** Proceder à cuidadosa vistoria para verificar a perfeita execução dos serviços.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRS BR-040.

22.5.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, compatível com o efetivo contratado.

22.6. A CONTRATADA deverá atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a CONTRATANTE, não aplicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus prepostos.

22.7. No exercício da fiscalização, o CONTRATANTE terá acesso às instalações físicas utilizadas para cumprimento do objeto contratado e aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da CONTRATADA e relativos à execução do objeto contratual, com a exceção única daqueles de natureza sigilosa reconhecidos na Lei.

23. DOS SERVIÇOS PREVISTOS NA PLANILHA – FATOR K

23.1. A CONTRATADA se obriga a aceitar, se necessário, a inclusão, mediante Termo Aditivo a este Contrato, das atividades eventualmente não previstas na Planilha de Orçamento, tendo por base os preços unitários de tabela de referência de preços reconhecida oficialmente, vigente na data de elaboração do orçamento desta contratação, modificados pelo fator "K", obtido pela relação entre o preço global ofertado pela CONTRATADA e o orçamento de custo direto da SLU. Da mesma forma, as atividades não previstas na Planilha de Orçamento, nem constante de tabela de referência de preços reconhecida oficialmente, terão seus preços compostos com base nos elementos que compõem o referido orçamento, modificados pelo fator "K", nos termos do Decreto nº 16.361/2016, atualizado.

24. DOS TRIBUTOS, OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

24.1. Todos os tributos que incidirem sobre o Contrato ou atividades que constituam seu objeto deverão ser pagos, regularmente, pela CONTRATADA, e por sua conta exclusiva. Competirá, igualmente, à CONTRATADA, o cumprimento de todas as obrigações impostas pela legislação trabalhista e de previdência social pertinentes ao pessoal contratado para a execução dos serviços avençados.

25. DA RETENÇÃO PREVIDENCIÁRIA E DE IMPOSTO DE RENDA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

25.1. Em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Lei Federal nº 8.212/1991, com a redação que lhe foi dada pela Lei Federal nº 9.711/1998, tendo em vista a Instrução Normativa RFB n. 2.110/2022, haverá por parte da CONTRATANTE uma retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor de cada Nota Fiscal/Fatura ou Recibo a favor da Previdência Social.

25.1.1. A CONTRATADA deverá, se for o caso, discriminar os serviços prestados em condições especiais por seus empregados, emitindo nota fiscal específica ou discriminar o valor desses serviços na nota fiscal ou fatura.

25.2. A CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão observar, quando da emissão do documento fiscal/fatura e do pagamento, o disposto no Decreto nº 18.272, de 09 de março de 2023, republicado em 17 de março de 2023, que "*Dispõe acerca da retenção do Imposto*

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRS BR-040.

de Renda incidente na fonte sobre valores pagos pelo Município de Belo Horizonte, suas autarquias e fundações, a pessoas jurídicas contratadas para o fornecimento de bens ou prestação de serviços", a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações, a Portaria SMFA Nº 011/2023, publicada no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte no dia 06/04/2023 (disponível no endereço eletrônico: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/320434>, acesso em 07/08/2024), ou as normas que vierem a substituí-los, bem como toda a legislação aplicável.

26. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGÍVEL APÓS A CONTRATAÇÃO

26.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização da SLU, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da “Ordem de Serviço Inicial”, sob pena de rescisão contratual:

26.1.1. Anotação de Responsabilidade Técnica- ART de Execução;

a) A CONTRATADA deverá observar o prazo do § 1º do art. 27 da Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA ou Norma vigente, para o registro da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos serviços, do art. 2º da Resolução nº 91/2014 do CAU/BR ou Norma vigente, para Registro de Responsabilidade Técnica – RRT de serviços técnicos no âmbito da Arquitetura e Urbanismo.

26.2. A CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização da SLU, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da “Ordem de Serviço Inicial”, sob pena de rescisão contratual:

26.2.1. Cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais das CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinadas, e dos exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA;

26.2.2. Cópia do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho da categoria profissional;

26.2.3. Cópias dos documentos comprobatórios da composição da administração local.

26.3. A CONTRATADA deverá também apresentar à Gerência de Medicina e Segurança do Trabalho da SLU, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da “Ordem de Serviço Inicial”, a seguinte documentação:

26.3.1. Ficha Técnica de Distribuição de Equipamento de Proteção Individual, devidamente preenchida, de todos os empregados;

26.3.2. Registro da Equipe dos Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT;

26.3.3. Documentação do Plano de Segurança do Trabalho.

26.4. A CONTRATADA deverá também apresentar à Gerência de Medicina e Segurança do Trabalho da SLU, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da “Ordem de Serviço Inicial”:

26.4.1. Cópia assinada e vigente do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e do plano de ações;

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRs BR-040.

- 26.4.2.** Cópia assinada e vigente do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) com os Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) dos empregados.
- 26.4.3.** Cópia dos LTCAT's de todas as atividades consideradas especiais para fins de aposentadoria e a relação atualizada de todos os trabalhadores alocados nestas atividades.
- 26.4.3.1.** Sempre que houver modificação nas atividades consideradas especiais ou modificação na listagem dos trabalhadores alocados, nova relação deverá ser encaminhada para a CONTRATANTE.
- 26.4.3.2.** Caso não haja no contrato, atividades consideradas especiais, seja pela natureza da exposição ou das medidas efetivas de controle (coletivas e individuais) a CONTRATADA deverá emitir uma declaração para a CONTRATANTE informando, de forma expressa, que não há trabalhadores sujeitos às condições especiais de aposentadoria nos termos da legislação previdenciária vigente.
- 26.5.** Havendo erros, omissões ou não conformidades nesta documentação, serão informados à CONTRATADA para correção. Depois de verificados, os documentos serão devolvidos.
- 26.6.** A CONTRATADA ficará sujeita à multa e sanções cabíveis, conforme disposto no edital a partir do momento que não cumprir prazo de qualquer atividade contratual.
- 26.7.** Nenhum serviço será realizado sem cobertura de Ordem de Serviço previamente emitida pela CONTRATANTE.
- 26.8.** A CONTRATADA deverá estar mobilizada para atender ao escopo definido, no prazo estipulado no cronograma.
- 27. DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA**
- 27.1.** Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA deverá entregar a Superintendência de Limpeza Urbana, a documentação a seguir relacionada.
- 27.1.1. Mensalmente até o 12º (decimo segundo) dia de cada mês:**
- a)** extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço – FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da CONTRATADA;
 - b)** cópia da folha de pagamento analítica do mês anterior da prestação dos serviços e cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) de ou dos respectivos comprovantes de depósitos bancários;
 - c)** os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, auxílio alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRIS BR-040.

- d) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei;
 - e) cópia digital (em formato digital pdf) das Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT devidamente registradas no INSS;
 - f) outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA;
 - g) declaração das atividades desenvolvidas pela equipe prevista na administração local, bem como dos demais itens que a compõe, com os respectivos registros fotográficos, a qual será utilizada para fins de medição.
- 27.1.2.** até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato) ou após a demissão de empregado, apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:
- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria.
 - b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais.
 - c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.
- 27.2.** Recebida a documentação tratada no item anterior, a fiscalização da SLU deverá apor a data de entrega e assiná-la.
- 27.3.** Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contado a partir do recebimento de diligência da FISCALIZAÇÃO, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente.
- 27.4.** O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias poderão implicar em rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.
- 27.5.** A documentação referente a cópias da folha de pagamentos analítica, assim como os documentos comprobatórios da entrega de benefícios suplementares poderá ser apresentada em meio digital (CD-ROM ou outra mídia que venha a substituí-lo).
- 28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 28.1.** A tolerância da CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma, em alteração contratual ou novação.
- 28.2.** As normas da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, se conflitantes com as deste instrumento ou com informações prestadas pela SLU, preponderarão sobre estes.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRS BR-040.

- 28.3.** A CONTRATADA exime a CONTRATANTE de responsabilidades civil, penal e administrativa se as atividades vinculadas ao presente contrato vierem a ser consideradas lesivas, nos termos da legislação vigente. Em caso de responsabilidade civil e administrativa, assegura-se o direito de regresso da CONTRATANTE contra a CONTRATADA.
- 28.4.** A CONTRATADA ficará adstrita às penalidades constantes neste instrumento até o cumprimento de todas as obrigações decorrentes da contratação, diante da legislação aplicável e normas instituídas no contrato, independente do término da vigência contratual.
- 28.5.** O presente documento não precisa de classificação de sigilo conforme a Lei n.º 12.527/2011.
- 28.6.** A SLU dará autorização à utilização de área na CTRS BR 040, a título de mera permissão, que não induz a posse, para que a CONTRATADA a utilize para o local de guarda de máquinas e equipamentos, durante o período da vigência do Contrato.
- 28.7.** A CONTRATADA deve zelar pela conservação das áreas disponibilizadas pela SLU, entregando, ao final do Contrato, todas as instalações, no mínimo, nas mesmas condições em que recebeu.

29. DOS ANEXOS



- 29.1.** Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes apêndices:
- 29.1.1.** APÊNDICE I: PROJETO BÁSICO
 - 29.1.2.** APÊNDICE II - PLANILHA RESUMO
 - 29.1.3.** APÊNDICE III - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
 - 29.1.4.** APÊNDICE IV - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
 - 29.1.5.** APÊNDICE V - BDI - SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS
 - 29.1.6.** APÊNDICE VI - PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE PREÇOS
 - 29.1.7.** APÊNDICE VII - PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO
 - 29.1.8.** APÊNDICE VIII - PLANILHA DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL E ENCARGOS SOCIAIS
 - 29.1.9.** APÊNDICE IX: ART'S ORÇAMENTO E PROJETO BÁSICO
 - 29.1.10.** APÊNDICE X: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Belo Horizonte, 27 de agosto de 2024.

Elaborado por:

Cícero Antônio Antunes Catapreta - Matrícula-DV: 11.311 -X

Gerente de Monitoramento e Disposição Final de Resíduos (GEMOD-SLU)

 <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE</p>	<p>TERMO DE REFERÊNCIA</p>	
<p><u>Objeto:</u> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, manutenção e monitoramento da coleta, processamento e queima do gás do Aterro Sanitário da CTRS BR-040.</p>		

Pedro Gasparini Barbosa Heller– Matrícula-DV: 11.480-X

Chefe de Departamento – Departamento de Destinação Final de Resíduos (DDFR-SLU)

Fernando Augusto Muzzi Ramos

Engenheiro Mecânico – Matrícula-DV: 11.477-X

Gerente de Tratamento e Reciclagem de Resíduos (GETRR-SLU)